





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL
1ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE SÃO FRANCISCO/PB

BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL Nº 15/2016 - LIVRO Nº 03

versando sobre: Acidente de Trânsito

Data em que a Delegacia tomou conhecimento: 20/04/2016

Local da Ocorrência: São Francisco/PB

COMUNICANTE: **JOSE PEREIRA DA SILVA**, solteiro, casado, agricultor, natural de Sousa/PB, com 55 anos de idade, RG 606.454 SSP/PB, CPF 060.102.364-15, filho de Ezequiel Pereira da Silva e de Alaide Maria Pereira, residente na Rua do Posto Médico, s/nº, Núcleo Habitacional "B", Bairro São Gonçalo, Cidade, Sousa/PB.

HISTÓRICO: Afirma que no dia 04 de fevereiro de 2016, por volta das 10h20min, seguia no garupa de uma motocicleta Honda/Pon 100, ano/mod. 2013/2012, cor: laranja, placa: GDB 9304/PB, chassi: 9N2HB02*9DR00724, licenciada em nome de Alaide Maria Pereira, que na oportunidade era conduzida por José Amâncio Neto, pela rodovia da produção, quando em determinado momento cruzou a pista de retamento um animal (cachorro), tendo colido no mesmo perdendo o controle da direção do veículo, caindo ao solo. Que relata que devido a queda o comunicante teve trauma em ombro esquerdo, sendo socorrido pelo Samu para o Hospital Regional da Sousa, onde recebeu cuidado médico. Que o conhecimento das sanções civis, penais e administrativas, caso o declarante aqui não seja imediatamente arquivado.

São Francisco/PB, 20 de abril de 2016.

COMUNICANTE: *Jose Pereira da Silva*

Cob a responsabilidade do Excelentíssimo Senhor
Dr. Vicente Honório Filho
Delegado de Polícia Civil

VISTO
Em 26/04/2016
Dr. Vicente Honório Filho
Delegado de Polícia Civil
Insc. 20.937-4



DAMIAO PEREIRA DA SILVA
SIT CACHOEIRA DO TIPO - S/N - AREA RURAL
SAO DOMINGOS DE POMBA - PB CEP: 50953000 (AO 227)

CLASSIFICACAO: RURAL / AGRICULTURA RURAL MONOFASICA
Rotômetro: 6 293 581 1970
Nº medidor: 00001397158
Referência: Fev/2016
Emissão: 15/02/2016

ENERGISA PARABÁ - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
R. 200, Km 25 - Cruz Vermelha - João Pessoa/PB - CEP 58071-090
CNPJ 08.005.183/0001-40 - INSC EST 16.615.823/0

Nota Fiscal: Conta de Energia Elétrica Nº 000.570.732
Código para Débito Automático: 0001468196

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesso: www.energisa.com.br

Conta referente a UC (Unidade Consumidora): 5/1146819-6

Fev / 2016 Canal de contato

Apresentação

15/02/2016

Data prevista da próxima leitura

15/03/2016

CPF / CNPJ / RANI

11288341709
Insc. Est.

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data	Letura	Data	Letura	
14/01/16	7644	15/02/16	7733	1

Faturas em atraso

21/10/2014	7,55
22/09/2014	8,87
21/08/2014	8,11
23/07/2014	8,08
23/06/2014	17,37

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Consumo em kWh	89	0,29272	26,05
Adic. B. Vermelha			3,37
Subsídio			15,23
ICMS			12,78
PIS			0,88
COFINS			3,07

LANÇAMENTOS E SERVIÇOS

JUROS DE MORA 12/2015	0,78
MULTA 12/2015	1,14
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 12/2015	0,36
Devolução Subsídio	-5,23

Histórico de Consumo (kWh)

Jan/16	105
Dez/15	100
Nov/15	89
Out/15	80
Set/15	127
Ago/15	74
Jul/15	95
Jun/15	53
Mai/15	89
Abr/15	131
Mar/15	95
Fev/15	77

Média dos últimos meses
84 kWh

	BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA	VALOR (R\$)
ICMS	51,17	25,00	12,79
PIS	51,17	1,3000	0,67
COFINS	51,17	8,0000	3,07

VENCIMENTO 22/02/2016 TOTAL A PAGAR R\$ 48,22

a215.9d79.67f7.2881.27f8.c7e4.6af0.4ea4.

Indicadores de Qualidade 12/2015 - Paraíba

Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL	11,80	
DIC TRIMESTRAL	23,89	
FIC MENSAL	47,79	
FIC TRIMESTRAL	9,00	
PIC MENSAL	15,04	
PIC TRIMESTRAL	31,88	
DMIC	8,59	
DICRI	16,60	

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviço de Cél. da Energia - PB	11,57	21,85
Compra de Energia	18,52	34,85
Serviço de Transmissão	0,90	1,89
Encargos Setoriais	3,89	8,05
Impostos Diretos e Encargos	16,44	34,50
Outros Serviços	0,38	0,87
Total	63,46	100,00

Valor do EUSD (Ref. 12/2015): R\$ 1,54

ATENÇÃO

AVISO: Permanecendo em atraso os "DÉBITOS ANTERIORES", a suspensão do fornecimento poderá ocorrer a qualquer momento até o decurso do prazo de 90 (noventa) dias, contado da data de vencimento da fatura vencida e não paga. Superveniente DEC 7.891/13 R\$ 5,23





DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Eu, **JOSE PEREIRA DA SILVA**, brasileiro, casado, agricultor, portadora do CPF nº: 263.102.364-15 e RG nº 626454- SSP-PB, residente e domiciliado na Rua Nucleo II, S/N, Zona Rural, Município de Sousa-PB, declaro que, em função de minha condição financeira, não tenho como arcar com o pagamento das custas processuais, sob pena de implicar em prejuízo próprio e de minha família.

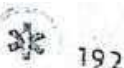
Por tais razões, pleiteiam-se os benefícios da Justiça Gratuita, assegurados pela Constituição Federal, artigo 5º, LXXIV e pela Lei 13.105/2015 (CPC), artigo 98 e seguintes.

Sousa-PB, 30 de novembro de 2016.



JOSE PEREIRA DA SILVA





Secretaria Municipal de Saúde
Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU 192

Sousa, 16 de Fevereiro de 2016

Ao Sr.(a)

Em resposta a vossa solicitação recebida em 16 de fevereiro de 2016 passa a informar o que segue:

Nº da ocorrência: 0025

Vitima: Jose Pereira da Silva

Sexo: masculino

Data: 04/02/16

Local da Ocorrência: Rodovia da produção

Médico Intervencionista: Dro Iclenio

Viatura: USB 01

Conduto Claudio

Téc. Enfermagem Gisele

Enfermeiro: Elzevir Ferreira

Natureza da Ocorrência: USB 01 acionada para atendimento vitima queda de moto consciente ,e orientado queixando-se de dor no tornozelo „Realizando protocolo de imobilização imobilizando de membros envolvidos AVP com SRL,e conduzido ao HRS, sob- regulação medica para avaliação.

Renata Soares Virgínio
Coordenadora Administrativa

Renata Soares Virgínio
Diretora Administrativa

Renata Soares Virgínio
Diretora Administrativa



Relatório Médico

Trata-se do periciado José Pereira da Silva, 56 anos, vítima de acidente com moto (colisão moto x animal) em 04/02/2016, N° do BO: 015/2016, no município de Sousa, BR 230- PB.

Apresentava, em decorrência do trauma, trauma em pé esquerdo com corte contuso. Além de escoriações pelo o corpo.

Foi submetido, a limpeza cirúrgica e curativos na região do pé esquerdo por um período de 15 dias. Em seguida o mesmo foi submetido a imobilização com o uso de tala na região do pé esquerdo por um período de 30 dias. Além de tratamento conservador com o uso de anti-inflamatório, analgésico e repouso. Paciente recebeu alta definitiva em 20/04/2016.

Ao exame observamos presença de cicatrizes pelo o corpo. Observamos presença de cicatriz com cerca de 05cm de diâmetro localizado, na região do pé esquerdo. Presença de edema residual importante na região do pé esquerdo. Presença de parestesia na região do pé esquerdo. Presença de dor a palpação na região do pé esquerdo. Presença de dor a mobilização passiva e ativa do pé esquerdo. Presença de bloqueio ativo dos movimentos de flexão e extensão do pé esquerdo. Presença de diminuição de força muscular dos movimentos de flexão e extensão do pé esquerdo. Paciente deambula em marcha claudicante.

Do exposto, concluímos que há limitação em 65% da capacidade funcional do pé esquerdo.

Cajazeiras, 05.08.2016

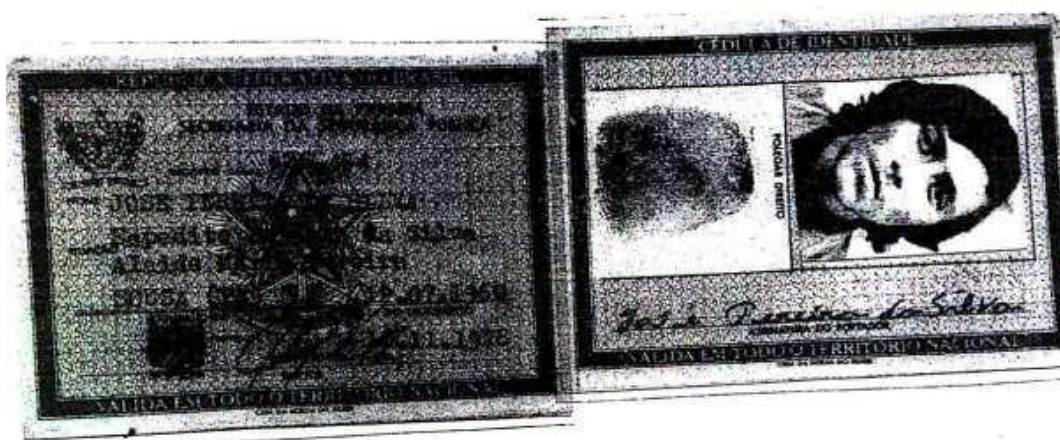
Dr. Rodolfo G. Cartaxo
Médico
CREMEP 13.144
CRM-PB 8446

Rodolfo Gonçalves Cartaxo

CRM: 8446 - PB

LABCLIN - Cajazeiras - PB - Rua: Odilon Cavalcante, 78 - Centro-CEP: 58900-000
Fone: (83) 3531-4489







PROCURAÇÃO

Outorgante:

Eu, **JOSE PEREIRA DA SILVA**, brasileiro, casado, agricultor, portadora do CPF nº: 263.102.364-15 e RG nº 626454- SSP-PB, residente e domiciliado na Rua Nucleo II, S/N, Zona Rural, Município de Sousa-PB.

Outorgadas:

ANA FLÁVIA ALVES MATIAS, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional da Paraíba – OAB/PB sob o n.º 21.451, com escritório profissional na Avenida Padre Rolim, nº. 92, 1º Andar, Sala 18 Centro, Cajazeiras - PB, e-mail: advanaflavia@outlook.com

ERIKA DE FRANÇA PERGENTINO, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional da Paraíba – OAB/PB sob o n.º 21.670, com escritório profissional na Avenida Padre Rolim, nº. 92, 1º Andar, Sala 18 Centro, Cajazeiras - PB, e-mail: adverikafranca@gmail.com

Poderes: Nos termos do art. 105 do Código de Processo Civil, os contidos na cláusula "*ad judicium et extra*", para, em nome do outorgante, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, ou fora deles, defender seus interesses, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defender os interesses da outorgante nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, reconhecer procedência de pedido, renunciar a direito no qual se funda ação agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso.

Sousa-PB, 30 de novembro de 2016.


JOSE PEREIRA DA SILVA





ESTADO DA PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE SOUSA

7ª VARA MISTA

DESPACHO

Vistos etc.

1. À luz do CPC/2015, a gratuidade de justiça poderá ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou consistir na redução percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento (art. 98, § 5º). É possível, ainda, o parcelamento de despesas processuais (art. 98, § 6º).

2. Trata-se, conforme jurisprudência pacífica dos tribunais superiores, de presunção relativa, que exige, mesmo por isso, e sobretudo diante das possibilidades fixadas pela atual legislação processual, ônus às partes de pagar de acordo com suas reais possibilidades. O objetivo da inovação foi o afastamento da vetusta regra do "tudo ou nada" e da consequente possibilidade de caracterização do abuso de direito, em respeito à paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos, faculdades, ônus, deveres e sanções processuais que prescreve o art. 7º do NCPC.

3. No caso, ante a profissão informada e a própria documentação juntada pelo autor relativamente às despesas do seguro, havendo dúvida fundada sobre os pressupostos para a concessão da gratuidade, **determino** à parte autora que, em 15 (quinze) dias, comprove, por outros meios, o preenchimento dos pressupostos legais da gratuidade de justiça, ou, se for o caso, solicite a sua concessão na forma dos §§ 5º e 6º do mencionado art. 98.

4. Demais disso, verificando que a petição inicial não preenche todos requisitos estabelecidos no art. 319 do CPC/2015, notadamente a não especificação das provas com que pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados (protesto genérico), **determino**, no mesmo prazo, a sua emenda, sob pena de indeferimento.

5. Encaminhem-se os autos à contadoria judicial para que proceda ao cálculo do valor referente às custas judiciais, juntando tal informação no presente processo, no prazo de 24 horas.



Cumpra-se. Providências necessárias.

Sousa-PB, data e assinatura eletrônicas.





ESTADO DA PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE SOUSA

7ª VARA MISTA

DESPACHO

Vistos etc.

1. À luz do CPC/2015, a gratuidade de justiça poderá ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou consistir na redução percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento (art. 98, § 5º). É possível, ainda, o parcelamento de despesas processuais (art. 98, § 6º).

2. Trata-se, conforme jurisprudência pacífica dos tribunais superiores, de presunção relativa, que exige, mesmo por isso, e sobretudo diante das possibilidades fixadas pela atual legislação processual, ônus às partes de pagar de acordo com suas reais possibilidades. O objetivo da inovação foi o afastamento da vetusta regra do “tudo ou nada” e da consequente possibilidade de caracterização do abuso de direito, em respeito à paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos, faculdades, ônus, deveres e sanções processuais que prescreve o art. 7º do NCPC.

3. No caso, ante a profissão informada e a própria documentação juntada pelo autor relativamente às despesas do seguro, havendo dúvida fundada sobre os pressupostos para a concessão da gratuidade, **determino** à parte autora que, em 15 (quinze) dias, comprove, por outros meios, o preenchimento dos pressupostos legais da gratuidade de justiça, ou, se for o caso, solicite a sua concessão na forma dos §§ 5º e 6º do mencionado art. 98.

4. Demais disso, verificando que a petição inicial não preenche todos requisitos estabelecidos no art. 319 do CPC/2015, notadamente a não especificação das provas com que pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados (protesto genérico), **determino**, no mesmo prazo, a sua emenda, sob pena de indeferimento.

5. Encaminhem-se os autos à contadoria judicial para que proceda ao cálculo do valor referente às custas judiciais, juntando tal informação no presente processo, no prazo de 24 horas.



Cumpra-se. Providências necessárias.

Sousa-PB, data e assinatura eletrônicas.



CÁLCULOS

SEGUEM CÁLCULOS EM ANEXO

SOUSA

3 de julho de 2017

FRANCISCO RIGELIO DE OLIVEIRA



ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE SOUSA
CONTADORIA JUDICIAL

COM BASE NO VALOR DA CAUSA

CÁLCULO DE CUSTAS

Base de cálculo	13.500,00
Valor em UFR	294,18
Taxa judiciaria	202,50
Custas judiciais	950,81
Diligências	0,00
Valor banco	1,35
Total da guia	1.154,66

Postagem de R\$ 13,01 já inclusa no cálculo

Sousa-PB 03 de julho de 2017

Francisco Rigélio de Oliveira
Técnico Judiciário



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 7ªVARA DA
COMARCA DE SOUSA/PARAÍBA**

Autos nº 0801692-68.2017.8.15.0371

JOSÉ PEREIRA DA SILVA,já qualificado nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO** em curso, que move nesse Juízo em face da SEGURADORA **LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGUROS DPVAT S/A**, por sua procuradora subscrita, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência requerer a juntada ***DA DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA (com efeitos penais caso seja comprovada a falsidade do documento), documentos que comprovam que o mesmo é agricultor e cópia da conta de energia sendo o mesmo beneficiário de baixa renda a fim de comprovar o direito a gratuidade de todos os atos processuais.***

O Autor faz jus à concessão da gratuidade de Justiça, haja vista que o mesmo não possui rendimentos suficientes para custear as despesas processuais e honorários advocatícios em detrimento de seu sustento e de sua família.

De acordo com a dicção do artigo 4º da Lei 1.060/50, lei da assistência judiciária, basta a afirmação de que não possui condições de arcar com custas e honorários, sem prejuízo próprio e de sua família, na própria petição inicial ou em seu pedido, a qualquer momento do processo, para a concessão do benefício, pelo que nos bastamos do texto da lei, *in verbis*:

Art. 4º A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família.
§ 1º Presume-se pobre, até prova em contrário, quem afirmar essa condição nos termos da lei, sob pena de pagamento até o décuplo das custas judiciais.

Ou seja, nos termos da lei, apresentado o pedido de gratuidade e acompanhado de declaração de pobreza, há presunção legal que, a teor do artigo 5º do mesmo diploma analisado, o juiz deve prontamente deferir os benefícios ao seu requerente (cumprindo-se a presunção do art. 4º acima), excetuando-se o caso em que há elementos nos autos que comprovem a falta de verdade no pedido de gratuidade, caso em que o juiz deve indeferir o pedido **DESDE QUE EFETIVAMENTE COMPROVADOS POR DOCUMENTO.**



Entender de outra forma seria impedir os mais humildes de ter acesso à Justiça, garantia maior dos cidadãos no Estado de Direito, corolário do princípio constitucional da inafastabilidade da jurisdição, artigo 5º, inciso XXXV da Constituição de 1988.

Veja-se que as normas legais mencionadas não exigem que os requerentes da assistência judiciária sejam miseráveis para recebê-la, sob a forma de isenção de custas, bastando que comprovem a insuficiência de recursos para custear o processo, ou, como reza a norma constitucional, que não estão em condições de pagar custas do processo sem prejuízo próprio ou de sua família, bem como as normas de concessão do benefício não vedam tal benesse a quem o requeira através de advogados particulares.

Ora, como já afirmado, decorre da letra expressa do parágrafo 1º, do artigo 4º, da Lei 1.060/50, que se presumem pobres, até prova em contrário, quem afirmar essa condição nos termos desta lei. Sobre o tema, bastam os ensinamentos do Doutor Augusto Tavares Rosa Marcacini (*Assistência Jurídica, Assistência Judiciária e Justiça Gratuita*, Forense, Rio de Janeiro, 1996, p. 100):

"Nos termos do art. 4º, § 1º, da Lei nº 1.060/50, milita presunção de veracidade da declaração de pobreza em favor do requerente da gratuidade. Desta forma, o ônus de provar a inexistência ou o desaparecimento da condição de pobreza é do impugnante."

No mesmo sentido a jurisprudência do STJ:

"EMENTA: Assistência judiciária. Benefício postulado na inicial, que se fez acompanhar por declaração firmada pelo Autor. Inexigibilidade de outras providências. Não-revogação do art. 4º da Lei nº 1.060/50 pelo disposto no inciso LXXIV do art. 5º da constituição. Precedentes. Recurso conhecido e provido.

1. Em princípio, a simples declaração firmada pela parte que requer o benefício da assistência judiciária, dizendo-se 'pobre nos termos da lei', desprovida de recursos para arcar com as despesas do processo e com o pagamento de honorário de advogado, é, na medida em que dotada de presunção iuris tantum de veracidade, suficiente à concessão do benefício legal." [STJ, REsp. 38.124.-0-RS. Rel. Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira.]

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA - REQUISITOS PARA A OBTENÇÃO - "A assistência judiciária (Lei 1060/50, na redação da Lei 7510/86) - Para que a parte obtenha o benefício da assistência judiciária, basta a simples afirmação de sua pobreza, até prova em contrário. (art.4º. e §1º.). Compete à parte contrária a oposição à concessão." (STJ-REsp.1009/SP, Min. Nilson Naves, 3ª.T., j: 24.10.89, DJU 13.11.89, p.17026)

Além do exposto em lei, a jurisprudência dominante nos tribunais brasileiros sustenta tanto a pretensão da agravante quanto o presente agravo. Conforme segue:

53013508 - INDENIZAÇÃO - JUSTIÇA GRATUITA - PEDIDO INDEFERIDO - Tendo o autor, na petição inicial, afirmado, expressamente, que não dispõe de recursos financeiros para arcar com as despesas do processo, sem o prejuízo de próprio sustento e o de sua família, preenchendo a exigência no art. 4º, da Lei nº 1060, de 05.02.1950,



injustificável o indeferimento judicial do pedido, que se respalda em dispositivos legais, como também constitucionais, como decorre dos textos do art. 5º, incisos XXXIV e LXXIV, da CF de 1988, que garantem, em tais hipóteses, o acesso à justiça, sobretudo, porque restou documentalmente comprovada a situação de pobreza do promovente. Recurso provido. (TJPR - AI 0065746-9 - (14037) - 3ª C.Cív. - Rel. Des. Silva Wolff - DJPR 10.08.1998)

“AGRAVO DE INSTRUMENTO - BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA - Ponderando as circunstâncias demonstradas nos autos - ganhos e despesas enfrentadas pelo requerente do benefício - tem-se que não existam fundadas razões para o indeferimento da gratuidade da justiça. Agravo provido. (TJRS - AGI 599286705 - 13ª C.Cív. - Rel. Des. Marco Aurélio de Oliveira Canosa)

“AGRAVO - Declaração de pobreza de funcionários públicos que litigam contra a Fazenda do Estado. Indeferimento da gratuidade de justiça determinada pelo MM - Juiz. Inadmissibilidade. É dever do Estado prestar assistência jurídica integral e gratuita, princípio que não deve sofrer restrição no sentido de se exigir requerimento específico mediante prova da pobreza. Ao contrário, assim como previsto na Lei especial, basta a simples afirmação, na própria inicial ou na contestação, de que não tem condições de pagar as custas processuais e os honorários advocatícios. A pobreza, no caso, é presumida, podendo a parte contrária impugnar o pedido. Despacho reformado. Recurso provido.” (TJSP - AI 140.057-5 - São Paulo - 2ª CDPúb. - Rel. Des. Aloísio de Toledo - J. 26.10.1999 - v.u.)

“AGRAVO DE INSTRUMENTO - INDEFERIMENTO DE BENEFÍCIOS DE JUSTIÇA GRATUITA - PRESUNÇÃO LEGAL DE POBREZA - AUSÊNCIA DE ELEMENTOS SUBSTANCIAIS A DEMONSTRAR POSSUIR O BENEFICIÁRIO CONDIÇÕES DE ARCAR COM O PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS - RECURSO PROVIDO - O magistrado somente deve indeferir benefícios de Justiça Gratuita, se houver elementos substanciais demonstrado que o beneficiário possui condições de arcar com o pagamento de custas processuais, já que o art. 4º, § 1º, da Lei 1.060/50, se contenta com a simples presunção de pobreza. O fato de ser o agravante pequeno proprietário rural, e estar ele com sua propriedade hipotecada e sofrendo vários processos de execução, não elidem a presunção de poder ele arcar com as custas processuais.” (TJMS - AG 2001.002629-8 - 1ª T.Cív. - Rel. Des. Ildeu de Souza Campos - J. 04.10.2001)

“ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA - POSSIBILIDADE DE SER PLEITEADA EM QUALQUER FASE DO PROCESSO - Justiça gratuita - Benefícios - Concessão. É facultado à parte, a qualquer tempo e grau de jurisdição, requerer os benefícios da gratuidade judicial, a partir da simples afirmação de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio e de sua família.”(2.ª TACIVIL - AI 540.863 - 11.A Câ., Rel.Juiz Artur Marques - j. 31.08.1998; Bol.AASP 2108/6).

Ressalte-se que o autor é agricultor, o que denota sua carência de recursos, pois se sabe que tal profissão passa por diversas dificuldades já que é atingida tanto pela crise econômica do país quanto a crise hídrica pelas faltas de chuva, além da dificuldade em comprovar como de fato é a renda mensal do autor sendo que o mesmo ainda tem que prover a sua subsistência e de sua família.



Observe-se a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul quanto à profissão de agricultor:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE CIVIL EM ACIDENTE DE TRÂNSITO. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. PRODUTOR RURAL. PRESUNÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS.

No caso dos autos, o agravante acostou documentação que demonstra ser pequeno agricultor, na localidade de Vila Pinheiro Machado, no Município de São Paulo das Missões, neste Estado, bem como juntou declaração de pobreza e documento indicando estar desobrigado a apresentar declaração de bens e rendimentos. Diante desse contexto, inexistindo prova em sentido contrário, é presumível a insuficiência de recursos para arcar com as custas e as despesas processuais, razão pela qual é possível a concessão do benefício ao agravante. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO. (Agravado de Instrumento Nº 70063290027, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Mário Crespo Brum, Julgado em 19/03/2015).

Traz-se à baila também julgado do Rio Grande do Sul quanto à isenção do imposto de renda, que corrobora com o pedido da gratuidade da justiça:

GRATUIDADE DE JUSTIÇA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE RENDIMENTOS. PROFISSIONAL AUTÔNOMA. NECESSIDADE DO BENEFÍCIO.

Litigante que se qualifica como autônoma. Impossibilidade de comprovação de rendimentos. Isenção de declarar IR. Presunção de hipossuficiência financeira e necessidade da gratuidade de justiça. AGRAVO PROVIDO. DECISÃO MONOCRÁTICA. (Agravado de Instrumento Nº 70058771031, Décima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Alberto Schreiner Pestana, Julgado em 05/03/2014)

De acordo com entendimento dos nossos tribunais superiores fica clara a possibilidade de ser o autor beneficiário da assistência judiciária gratuita com a juntada da declaração de pobreza junto com a comprovação de que o mesmo é agricultor e juntando também o fato de ser baixa renda pela conta de energia, além de ser pequeno produtor. Vejamos:

TJ-RS - Agravo de Instrumento AI 70061780128 RS (TJ-RS)

Data de publicação: 30/09/2014

Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. PEQUENA **AGRICULTORA**. **NECESSIDADE DO BENEFÍCIO**. Caso em que a litigante se qualifica como **agricultora**, demonstrando a **necessidade** da assistência judiciária gratuita. Desnecessidade do estado de miserabilidade à concessão da benesse. AGRAVO PROVIDO. DECISÃO MONOCRÁTICA. (Agravado de Instrumento Nº 70061780128, Décima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Alberto Schreiner Pestana, Julgado em 25/09/2014)

TJ-RS - Agravo de Instrumento AI 70061535357 RS (TJ-RS)

Data de publicação: 12/09/2014

Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO. BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE RENDIMENTOS. PEQUENO **AGRICULTOR**. **NECESSIDADE DO BENEFÍCIO**. Caso em que o litigante se qualifica como pequeno agricultor. Isenção do IR. Presunção de hipossuficiência financeira e necessidade da



gratuidade de justiça. AGRAVO PROVIDO. DECISÃO MONOCRÁTICA. (Agravado de Instrumento Nº 70061535357, Décima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Alberto Schreiner Pestana, Julgado em 09/09/2014)

Página 1 de 278 resultados

TJ-RS - Agravo de Instrumento AI 70061780128 RS (TJ-RS)

Data de publicação: 30/09/2014

Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. PEQUENA **AGRICULTORA. NECESSIDADE** DO BENEFÍCIO. Caso em que a litigante se qualifica como **agricultora**, demonstrando a **necessidade** da assistência judiciária gratuita. Desnecessidade do estado de miserabilidade à concessão da benesse. AGRAVO PROVIDO. DECISÃO MONOCRÁTICA. (Agravado de Instrumento Nº 70061780128, Décima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Alberto Schreiner Pestana, Julgado em 25/09/2014)

TJ-RS - Agravo de Instrumento AI 70061535357 RS (TJ-RS)

Data de publicação: 12/09/2014

Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO. BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE RENDIMENTOS. PEQUENO **AGRICULTOR. NECESSIDADE** DO BENEFÍCIO. Caso em que o litigante se qualifica como pequeno agricultor. Isenção do IR. Presunção de hipossuficiência financeira e necessidade da gratuidade de justiça. AGRAVO PROVIDO. DECISÃO MONOCRÁTICA. (Agravado de Instrumento Nº 70061535357, Décima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Alberto Schreiner Pestana, Julgado em 09/09/2014)

TJ-RS - Agravo de Instrumento AI 70061401113 RS (TJ-RS)

Data de publicação: 05/09/2014

Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO. BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. COMPROVAÇÃO DE RENDIMENTOS. PEQUENA **AGRICULTORA. NECESSIDADE** DO BENEFÍCIO. Caso em que a litigante se qualifica como agricultora. Isenção da Declaração anual de Imposto de Renda. Presunção de hipossuficiência financeira e necessidade da gratuidade de justiça. AGRAVO PROVIDO. DECISÃO MONOCRÁTICA. (Agravado de Instrumento Nº 70061401113, Décima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Alberto Schreiner Pestana, Julgado em 29/08/2014)

TJ-RS - Agravo de Instrumento AI 70059439737 RS (TJ-RS)

Data de publicação: 06/05/2014

Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO. BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE RENDIMENTOS. PEQUENOS **AGRICULTORES. NECESSIDADE** DO BENEFÍCIO. Caso em que os litigantes se qualificam como agricultores. Isenção do IR. Presunção de hipossuficiência financeira e necessidade da gratuidade de justiça. AGRAVO PROVIDO. DECISÃO MONOCRÁTICA. (Agravado de Instrumento Nº 70059439737, Décima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Alberto Schreiner Pestana, Julgado em 23/04/2014)

TJ-RS - Agravo de Instrumento AI 70061481412 RS (TJ-RS)

Data de publicação: 01/10/2014

Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO. BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE RENDIMENTOS. PEQUENA



AGRICULTORA. NECESSIDADE DO BENEFÍCIO. Caso em que a litigante se qualifica como agricultora. Impossibilidade de comprovação de rendimentos. Isenção de declarar Imposto de Renda. Presunção de hipossuficiência financeira e necessidade da gratuidade de justiça. AGRAVO PROVIDO. DECISÃO MONOCRÁTICA. (Agravado de Instrumento Nº 70061481412, Décima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Alberto Schreiner Pestana, Julgado em 24/09/2014).

TJ-SP - Apelação APL 10142164820148260554 SP 1014216-48.2014.8.26.0554 (TJ-SP)

Data de publicação: 18/10/2015

Ementa: APELAÇÃO. COBRANÇA. DESPESAS HOSPITALARES. JUSTIÇA GRATUITA. BENEFÍCIO PLEITEADO EM CONTESTAÇÃO. APRESENTAÇÃO DE **DECLARAÇÃO DE POBREZA E DE IMPOSTO DE RENDA.** OMISSÃO NA SENTENÇA. PROVA DA HIPOSSUFICIÊNCIA DA RÉ. GRATUIDADE CONCEDIDA. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. PRAZO QUINQUENAL. INTELIGÊNCIA ART. 206, §5º, i, cc. PRECEDENTE DO STJ. EXTINÇÃO DO PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO (ART. 269, iv, cpc). INVERSÃO DO ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA. RECURSO PROVIDO.

TJ-SP - Agravo de Instrumento AI 21715613920158260000 SP 2171561-39.2015.8.26.0000 (TJ-SP)

Fica comprovado que a declaração de hipossuficiência junto com a comprovação de que o autor é agricultor é prova objetiva e clara que efetiva o direito certo do autor em ser beneficiária da gratuidade da justiça, já que negar isso seria impedir acesso à justiça aos que necessitam.

Além de todo o sofrimento da parte autora em ter sido vítima de um acidente, trazendo prejuízos e abalos, sendo negado o valor que lhe era devido quando pleiteou de forma administrativa, cabe aqui o dever do Poder Judiciário em garantir o livre acesso à justiça, garantindo que os comprovadamente pobres possam pleitear seus pedidos de forma judicial.

PEDIDO

Portanto, requer o Autor a Vossa Excelência que sejam aceitos os documentos anexados ao processo a fim de que lhe seja concedida a gratuidade de justiça, com amparo nos argumentos legais, de direito e jurisprudenciais colacionados.

Termos em que pede

e espera deferimento.

Sousa/PB, 19 de julho de 2017.



Erika de França Pergentino

OAB/PB 21.670



DECLARAÇÃO DE POBREZA

Eu, **JOSÉ PEREIRA DA SILVA**, brasileiro, casado, agricultor, titular de identidade RG nº 626454 SSP-PB, devidamente inscrito no CPF sob o nº 263.102.364-15, residente e domiciliado na rua Nucleo II, s/n, zona rural, Município de Sousa/PB, CEP 58800-000 declaro que não posso suportar as despesas processuais decorrentes desta demanda sem prejuízo do meu próprio sustento e de minha família, sendo, pois, para fins de concessão do benefício da gratuidade de Justiça, nos termos da Lei 1.060/50, pobre no sentido legal da acepção.

Declaro, ainda, que tenho conhecimento das sanções penais que estarei sujeito caso inverídica a declaração prestada, sobretudo a disciplinada no art. 299 do Código Penal.

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Por ser verdade,

firmo o presente.

Sousa-PB

30/06/2017


JOSE PEREIRA DA SILVA



CONTRATO PARTICULAR DE COMODATO

Entre nós, Espedito Pereira da Silva, brasileiro, casado, Proprietário e agricultor, portador do RG n.º 1588698 - SSP-PB e CPF n.º 207.647.664-49, residente e domiciliado no Núcleo Habitacional II, Perímetro Irrigado de São Gonçalo, neste município de Sousa-PB. E do outro lado: José Pereira da Silva, brasileiro, casado com a Sra. Rubenilda Araújo Pereira, conforme Certidão de Casamento sob n.º 5997, fls. 291, livro n.º B-22, em 10.12.1981, no Cartório do Registro Civil de Sousa-PB, agricultor, portador do RG n.º 626.454-SSP-PB e CPF n.º 263.102.364-15, residente e domiciliado no Núcleo Habitacional II, São Gonçalo, neste município de Sousa-PB, resolveram colocar em **COMODATO**, o Lote Agrícola Familiar, localizado no Perímetro Irrigado de São Gonçalo, município de Sousa/PB, Conforme Contrato de Concessão de Uso n.º PGE 70/96, mediante as cláusulas e condições abaixo:

PRIMEIRA CLÁUSULA: Fica justo e contratado, o seguinte: aqui o primeiro **COMODANTE**, possuidor do imóvel rural acima citado, resolveu, por prazo indeterminado, firmar o presente contrato, tendo em vista que o **COMODATÁRIO**, desde 10.12.1981, já vem explorando na referida área de terra na condição de **COMODATO**, e ainda continua trabalhando na referida área de terras;

SEGUNDA CLÁUSULA: O presente contrato vigorará até quando os contratantes desejarem; para rescisão deste, os **CONDÔMINOS** comunicará ao outro sua decisão com antecedência de 30(trinta) dias.

TERCEIRA CLÁUSULA: O **COMODATÁRIO** explorará a terra por empréstimo gratuito, cedida pela comodante;

QUARTA CLÁUSULA: O presente contrato vigorará mesmo por morte dos contratantes, sendo seus herdeiros ou sucessores obrigados a respeitá-lo em todas as Cláusulas e condições.

QUINTA CLÁUSULA: O **COMODATÁRIO** trabalha em regime de economia Familiar, sem empregado.

E por estarmos assim contratados, mandamos digitar o presente contrato que datamos e assinamos, com as testemunhas abaixo que a tudo assistiram.



Sousa-PB, 18 de Janeiro de 2005.

OUTORGANTE: + PPS de Frazão de Silva

OUTORGADO(A): + José Pereira de Lima

TESTEMUNHAS: João Pereira Diniz

João Pereira Diniz

1º Ofício de notas
☐ Terceira de Luiza G. Almeida
☐ Município de Sousa - Paraíba
Pia. Cap. Miguel Galdino, 14. Cria
Sousa - PB - 18/01/2005
Resolução nº 11/2005
de Paulo Pereira
de Silva e José
Pereira de Silva
Sousa (PB) 18 de 01 de 2005.
Em Test. João da Verdade.
João Pereira Diniz

1º Ofício de notas
☐ Terceira de Luiza G. Almeida
☐ Município de Sousa - Paraíba
Pia. Cap. Miguel Galdino, 14. Cria
Sousa - PB - 18/01/2005
Resolução nº 11/2005
de João Pereira
Diniz e João
Pereira Diniz
Sousa (PB) 18 de 01 de 2005.
Em Test. João da Verdade.
João Pereira Diniz





RUBENILDA DE ARAUJO PEREIRA
LOC NUCLEO S/N - AREA RURAL
SAO GONCALO / PB CEP: 58814000 (AG: 177)

Classif/Subcl: RURAL / AGROPECUARIA RURAL MONOFASE
Roteiro: 14 - 184 - 542 - 3200
Nº medidor: 00001331547

Referencia: Jun / 2017
Emissao: 23/06/2017

ENERGISA PARANÁ - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP: 54071-490
CNPJ: 09.085.183/0001-40 - Ins. Est: 16.015.823-0
Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Nº 001 075.827
Código para Débito Automático: 00010128317

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a **UC (Unidade Consumidora): 5/1013531-7**

Canal de contato

Jun / 2017

Apresentação

23/06/2017

Data prevista da
próxima leitura

24/07/2017

CPF/ CNPJ/ RANI

10348331864

Insc. Est.

Faturas em atraso

30/05/2017: 82,33

Histórico de Consumo
(kWh)

Mai/17	230
Abr/17	268
Mar/17	220
Fev/17	221
Jan/17	257
Dez/16	244
Nov/16	235
Out/16	239
Set/16	288
Ago/16	247
Jul/16	282
Jun/16	257

Média dos últimos meses
247

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura			
23/05/17	19732	23/06/17	19973		241	31

Demonstrativo

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Consumo em kWh	241	0,30442	73,38
Adic. B. Vermelha			1,86
Subsídio			31,44
PIS			1,16
COFINS			5,38
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS			
JUROS DE MORA 03/2017			1,28
JUROS DE MORA 04/2017			1,49
MULTA 03/2017			1,57
MULTA 04/2017			1,79
Devolução Subsídio			-31,44

	BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA	VALOR R\$
ICMS	0,00	0,00	0,00
PIS	113,18	1,0318	1,18
COFINS	113,18	4,7428	5,38

VENCIMENTO

30/06/2017

TOTAL A PAGAR

R\$ 87,98

ad87.2391 b26d.0af2.fca2.0122.69b6.7798

Indicadores de Qualidade 4/2017 - São Gonçalo

	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL	12,78	1,57	NOMINAL
DIC TRIMESTRAL	25,52		
DIC ANUAL	51,06		
FIC MENSAL	7,98	1,00	CONTRATADA
FIC TRIMESTRAL	15,78		LIMITE INFERIOR
FIC ANUAL	31,58		LIMITE SUPERIOR
OMC	8,88	1,57	
DICRI	18,80		

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. da Energia/PB	28,93	32,88
Cargos de Energia	33,85	38,48
Serviço de Transmissão	1,99	2,26
Encargos Setoriais	10,44	11,87
Impostos Diretos e Encargos	12,76	14,50
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	87,98	100,00

Valor do EUSQ (Ref. 4/2017): R\$ 43,18

ATENÇÃO

-REAVISO DE VENCIMENTO: Caso a(s) fatura(s) acima relacionada(s) permaneça(m) em atraso, o fornecimento poderá ser suspenso a partir de 08/07/2017. Conforme Resolução 414 da ANEEL. O pagamento após essa data não elimina a possibilidade de suspensão do fornecimento; caso o mesmo não seja comunicado ou as conexões não estejam na unidade consumidora para comprovação. Caso já tenha



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

COMARCA DE SOUSA

7ª VARA MISTA

Rua Francisco Vieira da Costa, s/n, Raquel Gadelha, CEP 58800970

e-mail sza.7vara@tjpb.jus.br; telefone (83)35226602

PROCESSO	0801692-68.2017.8.15.0371
	[ACIDENTE DE TRÂNSITO]
AUTOR	JOSE PEREIRA DA SILVA
RÉU	SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

DESPACHO

Diante da documentação apresentada, o caso é de deferimento da gratuidade.

Da necessidade de especificação da lesão:

O seguro DPVAT é regulamentado pela Lei 6.194/1974, que, em seu artigo 3º prevê o valor de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos casos de invalidez permanente. É comum que se questione o fracionamento do valor indenizatório com base no grau de invalidez. Não obstante, o STF considerou que “os princípios da dignidade da pessoa humana, da proporcionalidade e da vedação ao retrocesso social, máxime diante dos mecanismos compensatórios encartados na ordem normativa sub judice, restam preservados na tabela legal para o cálculo da indenização do seguro DPVAT” (STF, ADI 4350, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 23/10/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-237 DIVULG 02-12-2014 PUBLIC 03-12-2014)¹.



Por conseguinte, “a indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez” (Súmula 474, STJ). Para fins de quantificação, deve ser considerada a tabela anexa à lei de regência, como determina o § 1º do artigo 3º da lei de regência².

Conforme disposto no art. 319, III, do CPC, a inicial deve conter a exposição do fato sobre o qual se embasa o direito alegado. A causa de pedir deve ser tão clara e específica quanto o pedido, inteligência do art. 330, § 1º, do CPC, sob pena de indeferimento da inicial.

Assim, é que deve o autor promover a emenda, no prazo de 15 (quinze) dias, esclarecendo a extensão da invalidez alegada, com a descrição minuciosa da sequela efetivamente experimentada e o valor que entende que lhe é devido, **indicando o item na lei e na tabela anexa**.

A título de ilustração, consideremos a hipótese em que alguém sofre acidente automobilístico e, em decorrência do sinistro, sofre lesão em um dos pés. A seguradora apura, no contencioso administrativo, que a lesão não tem natureza permanente. A parte autora poderá questionar em juízo a apuração, sob o fundamento de que a lesão é, sim, permanente. Contudo, deverá identificar a repercussão da lesão e quantificar o pedido com base na tabela anexa ao regulamento, **não podendo defender que tem direito ao teto indenizatório, porque essa tese já foi exaustivamente rechaçada pela jurisprudência**. O pedido, se deduzido nesses termos, poderá comportar, inclusive, improcedência liminar do pedido, com fundamento no inciso I do art. 332 do CPC. A orientação firmada nos tribunais somente poderá ser relativizada se a parte demonstrar que o caso em questão não deve ser examinado à luz do entendimento pacificado pelos tribunais.

Essa medida é justificada até mesmo em razão do que a experiência vem demonstrando em ações dessa espécie, invariavelmente tramitando sob a concessão de AJG à parte autora. Na maior parte dos casos, as perícias judiciais, custeadas pelas seguradoras (que são custeadas com dinheiro do contribuinte), corroboram o que fora constatado na seara extrajudicial.

ANTE O EXPOSTO:

Defiro a gratuidade;

Intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, esclarecer a extensão da invalidez alegada, com a descrição minuciosa da sequela efetivamente experimentada e o valor que entende que lhe é devido, **indicando o item na lei e na tabela anexa**.

Sousa-PB, data e assinatura eletrônicas.

VINICIUS SILVA COELHO

Juiz de Direito

¹No mesmo sentido: “Recurso extraordinário com agravo. Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre (DPVAT). 2. Redução dos valores de indenização do seguro DPVAT pela Medida Provisória 340/2006, convertida na Lei 11.482/2007. 3. Constitucionalidade da modificação empreendida pelo art. 8º da Lei 11.482/007 no art. 3º da Lei 6.194/74. 4. Medida provisória. Pressupostos constitucionais de relevância e urgência. Discrecionariedade. Precedentes. 5. Princípio da dignidade da pessoa humana. Ausência de violação. 6. Repercussão geral. 7. Recurso extraordinário não provido”. (STF, ARE 704520, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 23/10/2014, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-236 DIVULG 01-12-2014 PUBLIC 02-12-2014)



2§ 1º. No caso da cobertura de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: **I**- quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e **II**-quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.



EM ANEXO



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 7ª
VARA DE SOUSA/PARAÍBA**

Processo nº 0801692-68.2017.8.15.0371

JOSE PEREIRA DA SILVA, devidamente qualificado no processo, por sua advogada que está subscreve, vem, respeitosamente, perante Vossa excelência atender o respeitável despacho do ID nº 18646315 e complementar os fatos:

1) A descrição minuciosa da sequela efetivamente experimentada:

-Trauma no pé direito esquerdo com corte contuso: Trauma é uma definição ampla usada para descrever lesões causadas por uma força externa devido a acidentes por exemplo, da mesma forma é o corte contuso. Deve ser levada em consideração a perícia judicial para que o médico analise as consequências causadas pelo acidente de forma específica e individual, já que o acidente trouxe limitações na vida do autor. O mesmo não consegue praticar mais determinadas atividades que antes fazia, após o acidente.

2) A descrição da invalidez que foi apurada pela seguradora e qual o percentual que lhe foi pago:

Com a devida especificação das lesões sofridas pelo autor da demanda no acidente de trânsito hora tratado nota-se que a seguradora não atribuiu o valor adequado da indenização e sim um valor ínfimo se comparada as sequelas da vítima.

No momento requer que a seguradora junte ao processo o laudo pericial e todo o processo administrativo realizado pela mesma para que se possa afirmar qual foi o percentual de invalidez apurado e assim possa se comparar ao valor que foi pago administrativamente.

3- Os motivos pelos quais entende que o percentual da tabela DPVAT que lhe foi alcançado não se amolda àquele que deveria ter sido considerado e que culminaria no direito à diferença ora pleiteada: As lesões



sofridas pelo autor no acidente de transito trouxeram sérios prejuízos a vida do mesmo, dificultando a pratica das atividades habituais, tais como trabalho (limitando a capacidade laboral) e da vida pessoal. Por isso requer que seja considerada a perícia judicial a fim de que seja fixado um percentual de invalidez e assim chegar a um percentual justo pelos danos sofridos e que a vítima receba o valor a titulo de complementação do que foi pago de forma administrativa.

-PEDIDOS:

1- Requer que aceite a EMENDA A INICIAL a fim de complementar os fatos que faltavam;

2-Requer que a seguradora seja intimada para juntar ao processo o laudo pericial e o processo administrativo para comprovar como chegou ao grau de invalidez e conseqüentemente ao valor pago a título de indenização na esfera administrativa;

Nestes termos,
pede deferimento.

Sousa/PB
10 de fevereiro de 2019.

Erika de França Pergentino
OAB/PB 21.670





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

COMARCA DE SOUSA

7ª VARA MISTA

Rua Francisco Vieira da Costa, s/n, Raquel Gadelha, CEP 58800970

e-mail sza.7vara@tjpb.jus.br; telefone (83)35226602

PROCESSO	0801692-68.2017.8.15.0371
	[ACIDENTE DE TRÂNSITO]
AUTOR	JOSE PEREIRA DA SILVA
RÉU	SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

DESPACHO

1- Tendo em vista que demandas desta natureza normalmente exigem a produção de prova pericial para que as partes encontrem estímulos para se conciliar, à luz do princípio da duração razoável do processo e da eficiência, art. 5º, XXXVI, da CF e art. 8º cc. 139, II, ambos do NCPC, deixo de designar a incontinenti audiência de conciliação, que poderá ser aprazada em outro momento, na forma do art. 139, V, do NCPC.

2- Cite(m)-se a(s) parte(s) ré(s) para oferecer(em) contestação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia e de presunção de veracidade das alegações de fato formuladas na petição inicial (NCPC, art. 344).

3- Trata-se de ação de cobrança de seguro DPVAT, sendo imprescindível a realização de perícia, nesse sentido, nomeio como perito do juízo o médico DIEGO DOS SANTOS SANTIAGO. Fica autorizada a intimação por meio dos canais indicados pelo perito no sítio eletrônico do TJPB (diegosantiago_medicina@hotmail.com; 83-996814345, desde que ele acuse o recebimento. Frustrada a comunicação, notifique-se por carta com AR (Rua José Anacleto, 271, Uiraúna-PB), **sem prejuízo de sua substituição por outro expert pela serventia**, arbitrando seus honorários periciais em R\$ 200,00 (duzentos reais), em face da complexidade da prova e do local de sua realização, a serem custeados pela Seguradora Líder, nos termos



do Convênio 015/2014, facultada às partes a indicação de assistente técnico. Intime-se a seguradora acionada para efetuar o depósito dos honorários em cinco dias, salvo se já efetuado o depósito.

4- Intime-se o perito da nomeação, bem como para designar dia, hora e local para realização da perícia, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, de forma a possibilitar a intimação das partes.

5- Intimem-se as partes para, querendo, formularem quesitos e indicarem assistentes técnicos, no prazo de 15 (quinze) dias, caso já não tenham feito (art. 465, § 1º, NCPC).

6- Por outro lado, formulo os seguintes quesitos a serem respondidos pelo Perito:

6.1 – O autor é portador de invalidez permanente?

6.2 – Em caso positivo, em que consiste essa invalidez?

6.3 – A invalidez permanente é total ou parcial?

6.4 – Em sendo a invalidez permanente parcial, ela é completa ou incompleta?

6.5 – Sendo a invalidez permanente parcial incompleta as sequelas são de repercussão intensa, média, leve ou residual?

6.6 – Levando-se em consideração a Tabela anexa a Lei nº 6.194/74, qual o grau da invalidez?

7- As perícias serão agendadas em bloco, de acordo com a disponibilidade do perito, podendo, inclusive, serem realizadas excepcionalmente aos sábados, uma vez que constituem dia útil para efeitos legais (art. 216, NCPC) e visam salvaguardar os direitos das partes interessadas (art. 279, § 1º, LOJE).

8- Cumpridas as determinações acima, aguarde-se o agendamento da data para a realização da perícia.

9- Com o agendamento da perícia, intimem-se as partes, informando data, hora e local da produção da referida prova (art. 474, NCPC), devendo ser encaminhados os quesitos das partes e os quesitos usuais do Juízo. **O autor, que deverá ser intimado pessoalmente da data designada,** deverá apresentar documento de identificação oficial com foto e todos os exames de que dispõe acerca da enfermidade alegada.

10- Juntado aos autos o laudo pericial, expeça-se alvará em favor do perito e intimem-se as partes para, no prazo comum de 05 (cinco) dias, se manifestarem e requererem o que entenderem de direito.

Cumpra-se. Intimações necessárias.

Sousa-PB, data e assinatura eletrônicas.

VINICIUS SILVA COELHO

Juiz de Direito





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE SOUSA
7ª VARA

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

0801692-68.2017.8.15.0371

AUTOR: JOSE PEREIRA DA SILVA

Advogado do(a) AUTOR: ERIKA DE FRANCA PERGENTINO - PB21670

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO

Através do presente expediente, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) intimada(s) de todo o teor do despacho/decisão em anexo, para os devidos fins, bem como para, querendo, formularem quesitos e indicarem assistentes técnicos, no prazo de 15 (quinze) dias, caso já não tenham feito (art. 465, § 1º, NCPC).

Sousa(PB), 17 de junho de 2019

JOAO BATISTA ALVES DE ANDRADE

TEC. JUDICIÁRIO - mat. 4752341

Assinatura eletrônica

